

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasil Class.: Madeira / Mogno
 Data: 02/01/94 Pg.: 08 AMARQ 168

Madeiras invadem a última reserva de mogno no planeta

■ Em 4 meses, empresa faz estoque que vale US\$ 10 milhões

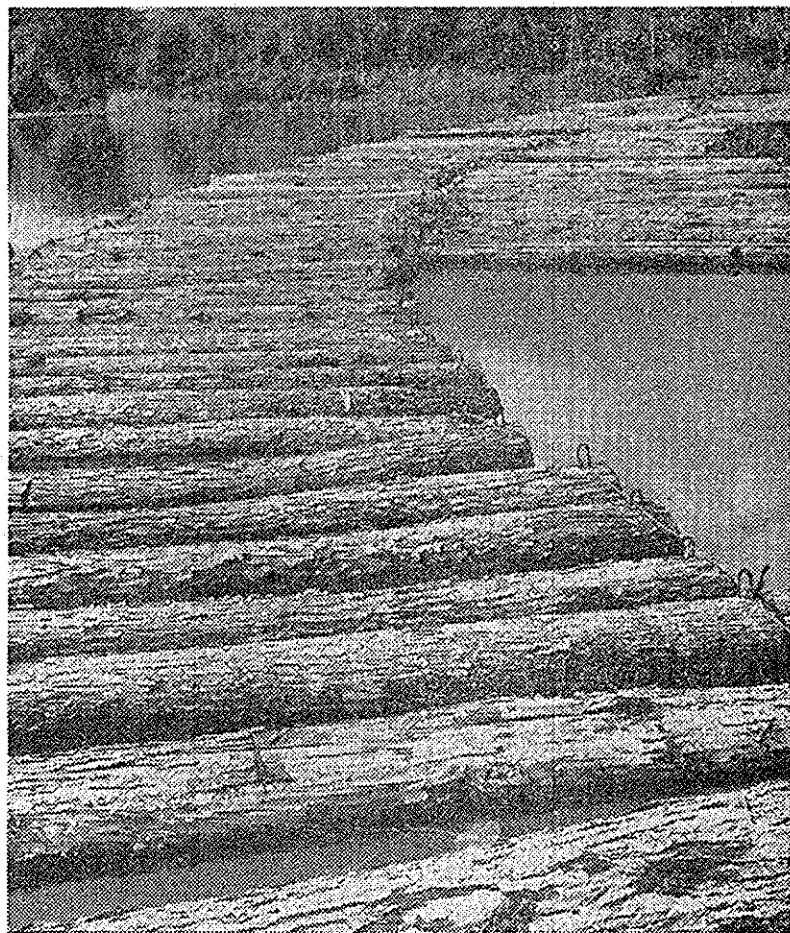
ALTINO MACHADO

RIO BRANCO — A última reserva de mogno do planeta, localizada no Acre, começou a ser invadida pelas madeiras. Extintas no Pará, Mato Grosso e Rondônia, as árvores de mogno da região do Alto Rio Iaco, município de Sena Madureira, onde há áreas indígenas e de proteção ambiental, estão sendo abatidas pela Ferreira Importação e Exportação Ltda., em ritmo que acumulou em quatro meses mais de 15 mil m³ de madeira. O estoque, que inclui toras de cedro, vale US\$ 10 milhões.

Quando começou a retirar o mogno, em junho passado, a madeireira não tinha autorização do Ibama nem do Instituto do Meio Ambiente do Acre (Imac). A autorização do Ibama foi concedida em setembro, para um plano de manejo de 1.000 hectares no seringal Palmares, de onde foi permitida a extração de 1.978 m³ de mogno e 1.273 m³ de cedro. Mas a licença foi obtida sem a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental e sem o Relatório de Impacto Ambiental (Rima), que deveriam ter sido avaliados pelo Imac, por se tratar de projeto de manejo florestal com área superior a 10 mil hectares.

Esplanadas — Em junho, técnicos do Ibama e do Imac receberam denúncias dos seringueiros de que a madeireira estava explorando uma área acima da prevista no projeto inicial. Em setembro, os técnicos contabilizaram numa das esplanadas — depósitos a céu aberto de madeira — mais de três mil toras de mogno. Segundo os seringueiros, a empresa chegou com caminhões, rádios e cerca de 50 homens e montou acampamento.

A maioria dos trabalhadores



Os troncos de mogno são jogados nos rios e levados pela correnteza

veio da região de Xinguara e Rondonia, no sul do Pará, onde a Ferreira Importação e Exportação explorava o mogno na reserva dos índios caiapós. O Ibama só se pronunciou quando o caso foi denunciado pela jornalista Alcinete Damasceno, que filmou e fotografou os depósitos de madeira.

A delegacia do Ibama no Acre entrou com ação cautelar na Justiça Federal, em novembro, pedindo a apreensão do excedente de madeira. O juiz Pedro Paulo Castelo Branco Coelho concedeu liminar, mas o pedido foi revogado porque o Ibama perdeu o prazo para entrar com a ação principal. O Imac também impetrou

ação civil pública na Justiça do Acre, pedindo a apreensão de cerca de 10 mil m³ de cedro e mogno depositados numa esplanada do seringal Palmares. A liminar foi concedida, mas madeireira recorreu da decisão. Outra ação deverá ser movida pelo Imac envolvendo outras áreas onde a Ferreira atua.

Há dois meses, o Ministério do Trabalho e a Polícia Federal fizeram uma operação para apurar denúncias de trabalho escravo. A Ferreira recebeu 40 autos de infração e responderá a inquérito por crime contra a organização do trabalho. Os fiscais detectaram também fraudes no recolhimento do FGTS.

Árvores em troca de leite

O Itamarati impediu recentemente que um relatório sobre a exploração de mogno em terras indígenas entrasse na pauta da última reunião da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO). Segundo o relatório, a faixa de ocorrência de mogno em terras indígenas é de aproximadamente 150 milhões de hectares, abrangendo integralmente Acre e Rondônia e parte do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Tocantins. Nesses estados estão localizadas 160 terras indígenas oficialmente reconhecidas e cerca de 30 territórios de povos autônomos, sobre os quais há poucas informações.

“Essas terras são habitadas por cerca de 120 povos culturalmente diferenciados, que falam 45

línguas”, assinala o relatório. Estudos comprovaram que, no Pará, para cada árvore extraída são danificados 1.450 m² de floresta, enquanto em Rondônia a destruição é três vezes maior.

No Acre, das 28 áreas indígenas com ocorrência de mogno, duas já foram comprovadamente invadidas por madeiras — a dos culinás, no Rio Envira, pela madeireira Céu Azul; a dos campos, no Amônia, pela madeireira Cameli e Filhos. As árvores de mogno, que têm de seis a sete metros cúbicos de madeira, costumam ser trocadas por índios e seringueiros por mantimentos, como lata de óleo de soja ou leite. Os seringalistas (proprietários dos seringais) são os que conseguem o

melhor preço na negociação com os madeiros, vendendo as árvores por US\$ 20 o metro cúbico. Na exportação, as mesmas árvores rendem aos grandes madeiros até US\$ 1.500 o metro cúbico. Em alguns países da Europa uma cama de mogno chega a custar US\$ 25 mil.

Dados da Fundação de Tecnologia do Acre (Funtac), vinculada ao governo estadual, revelam que em 1986 foram retirados 60 mil m³ de mogno do Acre. Isso correspondeu à saída de 17 caminhões diariamente ao longo do ano. As madeiras de Rio Branco não têm condições de retirar o mogno além do raio de 80 quilômetros a partir do Centro da cidade, onde a madeira se esgotou.

Muita mata e pouca fiscalização

■ Ibama só tem 10 agentes para cuidar da floresta

Apenas 5% da cobertura florestal do Acre está devastada e 65% da área total do estado é protegida por lei. Mas a fiscalização dos 152 mil quilômetros quadrados é feita por uma dezena de agentes do Ibama. Dos 450 mil habitantes do estado, 60% são desempregados. É fácil deduzir que as tentativas de desrespeitar o meio ambiente no Acre são frequentes. Há pressões internas e externas. Conseqüentemente, a reserva de mogno do Alto Rio Iaco, em Sena Madureira, exerce o fascínio de um eldorado.

Passados cinco anos do assassinato do líder sindical Chico Mendes, o Movimento dos Povos da Floresta, iniciado pelo ecologista, está em decadência. E nenhuma das entidades liga-



das à defesa da floresta tem mostrado a mesma disposição de enfrentar os invasores como Chico Mendes fazia.

Ano passado, foram apreendidos, na Reserva Extrativista

de Xapuri, 900 m³ de mogno. Os cortadores entram na floresta, derrubam as árvores e jogam os troncos nos rios. As toras chegam aos locais onde ficam os caminhões durante a cheia.